

UAB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA EAD

Fabiano Cunha dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
fcs_1982@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a Universidade Aberta do Brasil (UAB) enquanto política pública de Estado para a democratização do ensino superior nacional. A nova configuração da sociedade globalizada requer o uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta educacional. São muitas as possibilidades que a educação a distância oferece para expandir a oferta de nível superior, principalmente para as regiões longes dos centros metropolitanos e de difícil acesso a esse nível de ensino. Por ter o nome de “aberta”, esta universidade deve garantir uma escolha personalizada dos cursos de forma que os currículos se disponibilizem para os estudantes de forma democrática.

Palavras-chave: UAB; democratização; política pública.

Desde o século passado, expandir e gerar acessibilidade ao ensino superior é pauta política para todas as nações desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Os impactos do Neoliberalismo que a sociedade brasileira vem absorvendo e as alternativas políticas que o Brasil vem adotando a partir da década de 1990 para se adaptar ao mercado competitivo globalizado interferiram direta e indiretamente no sistema educacional do país.

Passada a era FHC, o Brasil experimenta dois governos do presidente Lula. Como reflexo da carência de políticas educacionais de acesso às universidades e instituições públicas de educação superior, o atual governo tem direcionado alguns programas de ampliação da rede pública, dentre eles o da intensificação de cursos a distância. Considerado como uma modalidade de ensino em crescente expansão, a EAD é vista como uma das possibilidades de promover o desenvolvimento da educação nacional. Com o advento da internet e dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação o ensino a distância torna-se também hoje em dia um meio propício para a democratização do terceiro grau no Brasil. “Nos últimos anos, a EAD tem recebido um amplo incentivo dos governos em todos os níveis de ensino, com destaque para as políticas públicas no âmbito federal.” (ALVES et al, 2007, p.101)

Essas políticas de diversificação de modalidades de ensino no setor público têm propósitos democratizantes. Além disso, a expansão do sistema educacional superior em todo o Brasil contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino público. O Decreto 5.800 de 2006, que regulamentou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), estabeleceu, dentre outros objetivos, a formação de professores no interior tendo o Ensino a Distância seu aliado, levando internet banda larga para os municípios do país e criando novas vagas de nível superior para a formação de professores da educação básica (BRASIL/MEC, 2007).

O sistema UAB é constituído por parcerias entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com participação de universidades públicas e demais organizações interessadas. É inegável que o sistema de educação brasileiro vivencia agora um momento histórico tanto para o ensino superior como para o ensino a distância, no qual, novas possibilidades de acesso à educação pública estão sendo delineadas.

Segundo o atual ministro da educação Fernando Haddad,

“entre nossas grandes iniciativas de grande importância está a UAB (Universidade Aberta do Brasil), sonho de muitos anos daqueles que acreditaram na aprendizagem a distância como um dos instrumentos ideais para aumentar o acesso ao conhecimento e à certificação de competências no país.” (LITTO & FORMIGA, 2009, p. xiii)

As novas reformas institucionais dentro do sistema de universidades brasileiras são fundamentais para a qualificação profissional e o desenvolvimento do cidadão brasileiro. A modalidade a distância possui características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos específicos. Essas características ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa na globalização contemporânea (BRASIL/MEC, 2008).

A UAB não é uma Universidade física, mas sim um consórcio de instituições públicas de ensino superior. Na realidade, a UAB não é uma nova instituição educacional, pois não tem sede ou endereço. O nome faz referência a uma rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada), formada pelo conjunto de IES públicas em articulação e integração com o conjunto de pólos municipais de apoio presencial.

O conceito contido neste projeto segue a filosofia da Open University, que tem no termo “aberta” uma forma de pensar a universidade com diversificadas arquiteturas curriculares. Esse modelo de universidade virtual pode garantir importantes melhorias sociais, pois pretende se dirigir a todas as classes econômicas. Seguindo o sentido da palavra “aberta”, a UAB pode garantir acesso a “todo” o público interessado nos conteúdos veiculados pelas tecnologias informacionais, mais especificamente a rede mundial de computadores. Desta forma, uma universidade aberta a distância no Brasil é legítima, tendo em vista que poderá permitir maior acesso à educação superior. (LITTO & FORMIGA, 2009 p. 12)

O sentido de “aberta” deve ser pensado com cautela, pois alguns autores concordam com a idéia de que a UAB deveria ser liberada até do exame vestibular, seguindo modelos institucionais chamados de *Metauniversidades* que abarcam milhares de estudantes sem o funil do processo seletivo. Por ter o nome de “aberta”, esta universidade deveria garantir também uma escolha personalizada dos cursos de forma que os currículos se disponibilizem para os estudantes de uma forma mais democrática do que há hoje no sistema presencial. Em outras palavras, o acesso não deveria ter restrições econômicas, raciais ou religiosas garantindo um

ensino plural, respeitando os limites e as possibilidades de quem cursa e da localidade em que o curso é oferecido.

O Brasil foi o último país com população acima de cem milhões de habitantes a estabelecer uma universidade aberta. A institucionalização da política de educação à distância, no âmbito do Ministério da Educação deu-se por meio de um primeiro Edital publicado no Diário Oficial da União em 16/12/2005, intitulado UAB (1), seguindo-se pelo Decreto Nº 5.800 de 08/06/2006 que regulamentou o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ainda, de um segundo Edital - UAB (2) que foi publicado em 18/12/2006. Dentre as prioridades do Sistema Universidade Aberta do Brasil destaca-se a concentração de esforços institucionais visando à formação de professores para o ensino básico. Para tanto, utiliza-se uma estratégia articulada com estados e municípios, permitindo assim, o acesso de um contingente significativo de brasileiros ao ensino superior.

No sistema UAB estão incluídas 158 Instituições Públicas de Ensino Superior e, atreladas a elas, 556 pólos. Até então, foram ofertados 583 cursos, totalizando 114.353 vagas. Cabe frisar que destas, 67.855 foram ocupadas. Ou seja, a quantidade de matrículas representa 59,34% do total de vagas.

Observa-se que do total de 114.353 vagas ofertadas, o quantitativo de 21.815 foram destinadas a professores, seguindo a atual política ministerial que pretende intensificar os cursos na modalidade à distância para atendimento da capacitação inicial e continuada de professores. Os estados do norte, nordeste e centro-oeste foram responsáveis por mais de 14.000 ofertas de vagas para os docentes em seus programas de capacitação. (LIRA, NUNES, 2010)

A capacidade de promover a interiorização do ensino público é uma das facetas mais marcantes da UAB. Dois pontos devem ser observados no momento da avaliação prévia para credenciamento dos cursos, quais sejam: a existência na região de uma cultura tecnológica propícia a receber essa modalidade de ensino e o nível de interesse do poder público local ser um agente facilitador do processo. O uso das TIC é importante e necessário para os alunos, pois é por meio dessas tecnologias que eles têm acesso a: atividades, conteúdos, aulas, leituras complementares, chat, web conferência e outros.

Dentre os objetivos prioritários da UAB, destacam-se: a oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada dos professores da educação básica, a oferta de cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica, oferta de cursos nas diferentes áreas do conhecimento, a redução das desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões e o fomento ao desenvolvimento institucional para a modalidade EAD e suas pesquisas metodológicas e métodos baseados nas TIC.

Para isso sua estrutura operacional funciona da seguinte maneira: nos pólos de apoio presencial, local onde acontecem as atividades presenciais dos cursos, as instituições públicas ofertam os cursos. O MEC mantém, organiza e coordena as ações do Sistema UAB. Além desses elementos, existem os chamados atores: aluno, tutor presencial, tutor à distância, coordenador de pólo, professor pesquisador, professor ou equipe conteudista e coordenador de curso.

De um modo geral, no âmbito da realização dos cursos, tem-se um ciclo de atividades da seguinte forma: os tutores a distância orientam quanto à aprendizagem e ao conteúdo (baseado nas orientações do conteudista e, presencialmente, no pólo de apoio presencial), disponibilizam atividades e documentos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para que os alunos possam ter acesso e interagem com os outros no auxílio ao aprendizado e dirimindo dúvidas por meio do chat, fóruns e mensagens no ambiente.

Os conteúdos estudados são disponibilizados, de um modo geral, também, em mídia impressa. Além disso, os alunos, por meio do uso das diferentes TIC, pesquisam, trocam informações, esclarecem dúvidas, constroem o conhecimento e desenvolvem a autonomia nos estudos. O acesso às TIC pode acontecer no pólo de apoio presencial, onde há computadores com sistemas multimídias ligados à internet, ou por meio de qualquer computador, seja no trabalho, na residência ou em algum *cyber café*.

A UAB pode vir a se tornar um exemplo emblemático dessa condição de massificação e precarização da formação do sujeito na Educação Superior, se não se atentar para a qualidade na modalidade em EAD. No intuito de assegurar o mínimo de qualidade, órgãos públicos, conjuntamente, com a participação de várias instâncias sociais, construíram parâmetros avaliativos de qualidade para a modalidade de educação a distância. Segundo Chauí, a avaliação de toda e qualquer universidade passa a ser caracterizada por qualidade que traz em sua definição competência e excelência, cujo critério, é o atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social. Muitas vezes, para atender a essas necessidades, as políticas públicas fazem opções de atender o quantitativo educacional ao qualitativo, mesmo que se construa um discurso em documentos oficiais de forma distinta.

A atual Política Pública de expansão do ensino superior pode estar sendo construída de forma distanciada de uma “racionalidade social”, cujas expectativas, aspirações e direito dos cidadãos à educação, estejam sendo atendida de forma parcial e desvirtuada para atender, primeiramente, a racionalidade do mercado. Os discursos nos documentos oficiais da educação brasileira, construídos no século XXI apresentam no corpo do texto, contradições, entre, a égide da lógica da eficácia social e da eficiência econômica. Apesar das políticas educacionais apresentadas serem arquitetadas em momentos históricos distintos e governos “diferentes”, há a presença indelével da continuidade da política e da econômica no setor educacional, nos moldes da otimização de investimentos econômicos e recursos humanos para atender o maior número de sujeitos. Há preponderância da expansão quantitativa sobre a qualitativa, mesmo que discursivamente, tenta-se conjugar essas dimensões. (QUEIROZ, 2009)

A simples ampliação da capacidade comunicativa via bandalargamento da internet no Brasil, esbarra na resistência e nas dificuldades oriundas da assimilação das novas tecnologias da informação. Para um significativo contingente de pessoas, pelos mais diversificados motivos, o manuseio de um microcomputador, por exemplo, ainda é uma tarefa de difícil domínio.

A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de trabalhos e pesquisas educacionais. Sobre o tema, cabe ressaltar que se trata de problema internacional e afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam e não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos.

Pereira (2003) afirma que os fatores que levam à evasão são divididos entre os fatores referentes a características individuais do estudante; fatores relativos à habilidade de estudo, personalidade; desencanto com o curso escolhido; desinformação no momento da escolha do curso; fatores internos às instituições relativos a questões acadêmicas, tais como currículos desatualizados; rígida cadeia de pré-requisitos para as disciplinas; falta de formação pedagógica ou desinteresse do docente; insuficiência de estrutura de apoio como laboratórios de ensino e de informática; e os fatores externos às instituições; relacionados às condições da profissão no mercado de trabalho; conjunturas econômicas e outros vinculados às dificuldades financeiras do estudante.

Pode-se, ainda, encontrar outras motivações para a ocorrência deste fenômeno, como: o rendimento baixo nos primeiros períodos do curso; dificuldades em acompanhar as atividades curriculares devido às carências do ensino médio ou imaturidade dos alunos ingressantes; falta de motivação para fazer o curso; decepção com o curso; dificuldades de conciliar estudo e trabalho; interesse por outro curso ou indecisão quanto ao curso escolhido; avaliação do prestígio ou remuneração que a profissão vai possibilitar; estrutura física da instituição e dificuldades financeiras.

Segundo Abbad et al (2006, p. 1) evasão refere-se à “desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso”. As variáveis antecedentes incluíram dados demográficos e de uso dos recursos eletrônicos os resultados mostram que os alunos não concluintes são aqueles que tendem a não utilizar os recursos eletrônicos interação (mural de notícias, chats, troca de mensagens eletrônicas). De acordo com a autora o papel da tecnologia nessa modalidade é de grande importância, pois ela estimula o indivíduo a interagir mais, navegando pela internet para pesquisar em bibliotecas virtuais.

Há fatores que, historicamente, vêm afetando os níveis de evasão em cursos universitários a distância e que podem ser classificados em três grandes categorias, conforme Xenos et al (2002): fatores internos relacionados às percepções do aluno e seu locus de controle; fatores relativos ao curso e aos tutores; e fatores relacionados a certas características demográficas dos estudantes, como idade, sexo, estado civil, números de filhos, tipo de trabalho ou profissão.

Quadro 1. Resultados da pesquisa quanto aos principais fatores que influenciam a saída do curso

Modalidade	PRESENCIAL	A DISTÂNCIA
Fatores relativos à instituição	<ul style="list-style-type: none"> 1° Distância entre a residência e a Universidade 2° Estrutura física do local de ensino 3° Acesso a computador/internet para estudo 	<ul style="list-style-type: none"> 1° Distância entre a residência e o pólo de ensino 2° Acesso a computador e internet para estudo 3° Acesso a biblioteca
Fatores relativos ao curso	<ul style="list-style-type: none"> 1° Ausência dos professores nos pólos/salas de aula 1° Didática dos professores 2° Atendimento do curso às expectativas prévias 3° Qualidade das aulas/encontros presenciais 3° Qualidade do curso de administração 4° Motivação e incentivo por parte do tutor/professor 5° Orientação da coordenação do curso 6° Associação entre a teoria e a prática 	<ul style="list-style-type: none"> 1° Contato com os professores 2° Associação entre teoria e prática 3° Interatividade no ambiente virtual de aprendizagem 4° Qualidade das aulas/encontros presenciais 5° Adaptação à modalidade EaD 6° Critérios de avaliação dos alunos 7° Orientação da coordenação do curso 8° Contato com colegas do curso 9° Meios de comunicação oferecidos para contato 10° Atendimento do curso às expectativas prévias 11° Qualidade do curso
Fatores relativos ao aluno	<ul style="list-style-type: none"> 1° Estar cursando paralelamente outro curso 2° Relacionamento com o tutor/professor 3° Tempo para estudar 4° Compreensão das matérias 5° Problemas profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> 1° Tempo para estudar 2° Problemas profissionais 3° Estar cursando paralelamente outro curso 4° Desconhecimento prévio a respeito do curso 5° Compreensão das matérias 6° Reprovação em mais de uma matéria no mesmo semestre 7° Relacionamento com o tutor 8° Adaptação ao sistema universitário em relação ao ensino médio 9° Carga horária semanal de trabalho 10° Influência familiar

<p>Perfil do evadido</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Saída por abandono - Masculino - 15 a 24 anos - Renda familiar se 7 S.M. sem mudança após saída - Não trabalha - Não cursava ensino superior ou possuía um - Atualmente cursa ensino superior - Ambos os pais de escolaridade de ensino superior completo / pós-graduados - Não ficou nenhum período sem estudar antes de entrar no curso - Nenhuma ação por parte da UFAL o impediria de sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Sexo masculino - 25 a 29 anos - Casado e sem mudança no estado civil - Renda familiar de 1 a 3 S.M., com mudança na renda após a saída - Trabalhava durante a época da saída - Não cursava ensino superior ou possuía um completo - Atualmente não cursa ensino superior - Ambos os pais de escolaridade de ensino fundamental completo / médio incompleto - Não passou nenhum período sem estudar antes de entrar no curso
--------------------------	---	---

Fonte: (Silva, 2009)

Um estudo realizado pela USP indica que metade dos alunos que evadem os cursos de graduação, cerca de 45%, atribuem a desistência pela escolha errada na hora do vestibular. Além disso, 30,7% dos alunos não gostaram da estrutura do curso que ingressaram. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005)

O Plano Nacional de Educação (PNE) do Brasil, assinado no ano de 2000, traz como importante objetivo educacional “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”. (BRASIL, 2000) Percebe-se que será um desafio alcançar essa meta até o final da década. Dessa forma, a educação a distância pública (UAB) tende a se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas educativos, necessário não apenas para atender à demandas e/ou grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância. (BELLONI, 2006)

Para Aretio (2002), os sistemas de ensino a distância são estabelecidos geralmente para atender a uma população adulta que aprende e se manifesta de maneira diferente às crianças, adolescentes ou jovens. O aluno dos cursos a distância é um indivíduo geralmente maduro com uma história vivencial cheia de experiências, conhecimentos, capacidades, hábitos, atitudes, condutas e interesses em seu próprio processo de formação. O autor apresenta uma relação de causas que parecem os mais significativos como causas de abandonos e de baixos rendimentos: (1) O material didático não é apropriado; (2) Os autores dos materiais e as equipes docentes dosaram mal as tarefas que devem desenvolver o aluno para o estudo da matéria; (3) As emissões de áudio não escuta-se ou o som é escasso; (4) Realizam-se poucas seções de tutoria ou as tutorias são deficientes.

A educação a distância é modalidade de ensino que apresenta um elevado nível de crescimento no Brasil e no mundo todo. Dessa forma, suas particularidades não podem mais passar despercebidas pelo Estado brasileiro. Visto que 30,7% dos alunos, de acordo com a pesquisa da USP, desistiram do curso por não gostar da estrutura do curso é necessário o acompanhamento da percepção do estudante quanto ao curso. Principalmente quando se refere a curso a distância, que promove a economia de escala, as desistências geram desperdícios financeiros, esforços em democratizar o ensino superior no país. (VITAL, 2009)

Favero (2006) coloca o diálogo como principal instrumento para permanência do aluno no curso a distância, que deve ser acompanhado pela identificação das necessidades desse aluno e facilitação do acesso deste à estrutura do curso. Dentro da dimensão ‘diálogo’, a questão da linguagem e do simples transporte de didáticas presenciais para EAD são problemas a serem superados. A situação laboral e familiar, a cultura e o próprio perfil demográfico do aluno podem induzir a uma desistência do curso.

Outras questões como, tecnologia utilizada, preparação do professor e tutor, estrutura dos pólos e a organização e planejamento geral do curso – na dimensão estrutural da EAD – também são potenciais causadores de evasão. Na dimensão ‘autonomia’, situações como gerenciamento do tempo, flexibilidade de horário, orientação do professor, acompanhamento do tutor e acesso ao conteúdo, podem se transformar em razões para evasão.

A forma de abordagem do aluno pode ser aprimorada buscando as possibilidades das relações afetivas entre alunos-alunos e alunos-formadores, desenvolvendo a empatia e diminuindo a distância entre o aprendiz, tutor e professor, ou seja, construindo relações afetivas em prol do processo de ensino-aprendizagem a distância. (MENDES, 2009) Com a afetividade espera-se também conter a evasão, pois alunos motivados melhoram suas relações e, assim, desenvolvem de forma enriquecedora o conhecimento.

É notório que as Tecnologias de Informação e Comunicação são importantes ferramentas para a transformação radical da educação brasileira. Especialistas indicam que o Brasil moderno e justo só será possível se os extratos da sociedade estiverem ligados à comunidade digital e à grande rede de informações. Assim, é fundamental assegurar ambientes interativos com base em novas tecnologias comunicacionais, de acesso digital ao conjunto da sociedade brasileira.

O mundo contemporâneo se modifica constantemente, principalmente no campo tecnológico e midiático, resultando em mudanças significativas no ato de ver, sentir e aprender do ser humano. Nesta era, as tecnologias e mídias se apresentam como ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento da vida intelectual do ser humano; elas estimulam a formação de comunidades que possuem um grande potencial cultural, informacional e educacional a ser explorado.

Segundo Neder in Preti (2005) a educação a distância é apontada como uma possibilidade de (re)significação paradigmática no contexto do processo de formação de professores, pois esta modalidade favorece a interação entre os sujeitos, propiciando o diálogo, a troca, a construção coletiva, na qual o professor assume um novo papel no processo de ensino aprendizagem, não

somente de transmissor de conhecimentos, mas assume juntamente com os alunos uma posição de parceria. Dessa forma a autonomia do aluno é um dos ideais educativos, pois ele é estimulado a buscar, exigindo assim, um grande comprometimento com a construção do conhecimento.

Da mesma forma que as causas que contribuem para evasão são diversas, o grau de desistência nas IES também não é constante, e a falta de estudos aprofundados e conclusivos sobre o tema dificulta a determinação de um índice aceitável de evasão. Maia e Meirelles (2003) mostram em suas pesquisas que a evasão no curso a distância varia de 1 a 68% dependendo da estrutura do curso, da tecnologia utilizada, da adaptação do aluno, ou ainda, da natureza do curso. Favero e Franco (2008), como panorama geral da EAD, apontam dados em que a evasão fica entre 21 e 62%, a depender de quem certifica o curso (MEC ou instituições privadas), e de 8 a 30% de acordo com o grau de ‘presença’ dos cursos. O Anuário Brasileiro Estatística de Educação Aberta e a Distância, com base nos dados coletados até 2006 nos diversos cursos a distância, coloca em 30% o índice aceitável de evasão. (ABRAEAD, 2007)

Dentro desse contexto, o governo brasileiro investe em EAD, uma vez que ela pode ampliar a oferta de cursos, chegando a mais pessoas, e sem perder a qualidade. A Universidade Aberta do Brasil articula universidades federais, estaduais e centros tecnológicos para o oferecimento de cursos a distância em diversas áreas. Pretti [apud RIBAS, 2008] fala que a EAD “deve ser compreendida como uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento.” Essa democratização reflete na expansão prometida pela UAB, e no número cada vez maior de vagas oferecidas. Contudo, a exemplo dos demais cursos superiores, os índices de evasão aparecem como entrave para esse “sucesso”. A falta de dados concretos dificulta o diagnóstico real da situação, e com isso ações para reverter o problema não são tomadas.

Diante do panorama das políticas públicas brasileiras de educação, a Universidade Aberta do Brasil foi criada em meio ao Fórum das Estatais pela Educação, no ano de 2005, com a missão de formar professores – objetivo antigo do Governo Federal, com programas como PEC e PROCAP (GATTI, 2008). Sua proposta é a articulação das instituições de ensino superior (IES) existentes, com o objetivo de: desenvolver a modalidade de educação a distância, com a finalidade de **expandir e interiorizar** a oferta de cursos e programas de educação superior no país, além de **ampliar o acesso** à educação superior pública levando tais cursos às diferentes regiões do país. Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e apoiar a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, pretende-se atingir objetivos sócio-educacionais com a colaboração da União com entes federativos, e estimular a criação de centros de formação permanentes por meio dos pólos de apoio presencial. (UAB, 2009)

AUAB tem seu propósito se considerado que apenas 10% dos jovens entre 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior (ZUIN, 2006, p. 942). Nesse sentido, ela se mostra uma oportunidade real para atingir lugares mais distantes, aqueles que a Escola tradicional presencial não foi capaz de acolher, por esse ou outro motivo. A Universidade Aberta se orienta pelas parcerias com as

universidades públicas e demais interessadas por meio de consórcios públicos em ambas as esferas governamentais. Ao se interessar pelo programa UAB, as prefeituras podem associar-se a Secretaria de Educação do Estado ou Distrito Federal e organizar os pólos presenciais, que são locais descentralizados de “funções didático-administrativa de cursos, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais” (BRASIL, 2009).

Com a UAB, o sistema de ensino superior brasileiro foi ampliado, possibilitando o uso de tecnologias de informação e comunicação, materiais didáticos e redução de tempo e de recursos. Além disso, promete também a capacitação de pessoal em locais onde o acesso a educação superior seria impossível, em função do alto investimento de implantação de novas universidades.

A proposta orçamentária para 2010 do MEC previu um aumento de 31% em relação ao ano de 2008, saindo de um patamar de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 8,3 bilhões os gastos federais com o ensino superior. Um dos artigos da proposta propõe que os gastos com pagamento com inativos não sejam incluídos como despesas com o ensino, mas sejam incorporados ao regime da Previdência Social.

No entanto, o importante para a democratização do ensino é diversificar os cursos oferecidos e não apenas ofertar os cursos mais tradicionais como direito e administração. Democratização não seria apenas o aumento quantitativo das vagas, mas também a diversificação dos currículos profissionais, já que o capitalismo flexível transformou as opções de emprego. Democratizar significa também diversificar e não apenas aumentar a quantidade de vagas dos mesmos cursos que já formaram muitos profissionais que o mercado não consegue absorver.

Faz-se necessário também investimentos que viabilizem qualidade para assegurar a formação dos sujeitos partícipes do contexto educativo. Chauí (2003, p.34) faz uma crítica à lógica de compreender a educação como um gasto público, se a intenção for tomar a universidade pública por uma nova perspectiva. É preciso começar exigindo, antes de tudo que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad salienta sobre a Universidade Aberta do Brasil:

[...] construído em estreita colaboração entre as três esferas de governo, as instituições de educação superior e a sociedade civil, [e que] será um divisor de águas no tocante à solução definitiva do problema da carência de professores na educação básica, bem como da democratização do acesso dos jovens à educação superior pública, gratuita e de qualidade. (Haddad, 2006, p.8)

Recentemente as ações iniciadas na Secretaria de Ensino à Distância do Ministério da Educação, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil, migraram para a recém atualizada estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A logística começa com o convênio entre as IFES e a CAPES, onde é confeccionado um Projeto Básico de implantação, manutenção e oferta de cursos, que será

aprovado pelas instâncias competentes nas IFES e depois será analisado e aprovado pela CAPES. Nos Projetos Básicos devem constar todos os custos necessários para atender as demandas dos cursos como, por exemplo, despesas com pagamento de bolsas para professores, coordenadores e tutores, despesas com material de consumo, despesas com material permanente e despesas com a contratação de serviços de pessoas física e jurídicas. (COSTA, 2009)

A Lei n.º 11.273/06, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica é requisito para a continuidade do programa UAB nas IFES. A Resolução CD/FNDE n.º 24/08, que trata das condições de apoio financeiro da CAPES para o Sistema UAB, é responsável pelo aporte de capital nos projetos para a universidade aberta.

Talvez alertados para os problemas que vêm sendo apontados em relação ao funcionamento dos pólos na rede privada de educação a distância, especial atenção foi dada à definição dos requisitos básicos para a implantação de um pólo pelos municípios, montando-se até um exemplo ilustrativo dos itens e valores que devem constituir o projeto de adesão à UAB. Nele constam: (a) as dependências administrativas, o equipamento e o mobiliário especificado por dependência administrativa; (b) os recursos humanos referentes à equipe técnica, administrativa e docente (tutores presenciais e coordenador). No formulário de 19 páginas de avaliação de pólos, disponibilizado pelo MEC, no Portal da UAB, é possível verificar que ele tesce em minúcias, no que se refere ao mobiliário e ao equipamento; entretanto, dedica apenas meia página à especificação dos recursos de tutoria e equipe de apoio ao estudante.

Tavares e Ramalho (2007) descreveram a experiência de interiorização e democratização da educação superior pela UFAL, com base no seu plano institucional e nas expectativas do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do Ministério da Educação. Sem mencionar explicitamente a UAB, os autores contribuem na indicação de caminhos para a questão da múltipla territorialidade geográfica das IES, propondo duas medidas importantes: (a) uma avaliação diagnóstica dos futuros campos de atuação que leve em consideração as regiões naturais, suas vocações econômicas e a demanda regionalizada e potencial por educação superior, atendendo, assim, às necessidades e expectativas existentes; (b) a adoção de uma modelagem administrativa inovadora, em relação ao modelo original da UAB, na medida em que estabelece os campi como espaços intermediários entre os pólos e a sede da universidade, criando, assim, um ambiente de vida universitária para os alunos da região atendida, na sua fase de formação profissional.

Essa é uma reflexão que traz a discussão se a UAB é possível de democratizar ou não. Mesmo com sua potencialidade de desterritorializar o ensino e expandir seus limites territoriais, esta política de Estado deve pesquisar as condições sociais econômicas das comunidades envolvidas e as demandas que cada região necessita. Não adianta oferecer os cursos para muitas regiões e os alunos não permanecerem no curso. A expansão quantitativa deve ser cautelosa.

Na verdade, os resultados dos alunos nas avaliações dos cursos presenciais ou à distância sempre demandam discussões, elaboração de estratégias e instrumentos que possibilitem a

recuperação daqueles que não tiveram uma aprendizagem satisfatória. O nível de exigência dos cursos, levando os alunos a uma mudança de comportamento, inicialmente descompromissado, para outro de estudos autônomos e até mesmo na construção de grupos de estudo com encontros constantes nos pólos.

A Universidade Aberta do Brasil apresenta em seu corpo discursivo como prioridade alavancar o contingente quantitativo para expressar em seguida, a dimensão da qualidade. Para possibilitar esse salto quantitativo, os usos das tecnologias acenam como um canto de sereia. Não é necessário ser nenhum especialista para compreender a otimização de recursos ao adotar um programa de formação como a Universidade Aberta do Brasil via TIC.

REFERÊNCIAS

- ABBAD, Gardênia; CARVALHO, Renata S.; ZERBINI, Thaís. Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. RAE-eletrônica, vol. 5, no. 2, art. 17, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3652&Secao=ARTIGOS&Volume=5&Nmero=2&Ano=2006>> (acessado em: 16/10/2008)
- Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância ABRAEAD, 2007. Coordenação: Fábio Sanchez. -- 3. ed. -- São Paulo : Instituto Monitor, 2007.
- ALVES, Gilson et al. Educação e novas tecnologias: encontros possíveis no contexto das atuais políticas públicas. In: ARAÚJO, Bohumila e FREITAS, Kátia Siqueira de. (coords). Educação a Distância no contexto brasileiro: experiências em Formação Inicial e Formação Continuada. Salvador: ISP/UFBA, 2007.
- ARETIO, Lorenzo García. “La educación a distancia: de la teoría a la práctica”. 2. ed. Madrid: Ariel, 2002.
- BELLONI, Maria Luiza. “Educação a distância”. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- BRASIL/MEC. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em <www.mec.gov.br> Acesso em 20 de novembro de 2007.
- _____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em: abr. 2009.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ. no.24 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003.
- COSTA, Celso. Panorama da Universidade Aberta do Brasil. Fórum de coordenadores. Maceió, 18 a 20 de mar. 2009. **Palestra...** Maceió, 2009.
- FAVERO, R. V. **Dialogar ou evadir: eis a questão!** Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. Dissertação (Mestrado em Psicopedagogia). Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, 2006.
- FAVERO, R. V; FRANCO, S. R. Um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância. **Novas tecnologias**, CINTED-UFRGS, v.4, n.2, dez. 2008.
- FOLHA DE SÃO PAULO. “Má escolha é a maior causa da evasão”. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.shtml>>. Acesso em 12 out. 2008.
- GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan/abr. 2008.
- HADDAD, F. Prefácio. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (Org.). Desafios da educação a distância na formação de professores. Brasília, DF: SEED, 2006. p.7-9.

LIRA, Luiz Alberto Rocha de, NUNES, Bruno Teles. A Política de Formação Por Meio da Educação à Distância: Uma análise sobre os aspectos quantitativos e qualitativos do processo. 7ª Mostra Acadêmica UNIMEP. Disponível em <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/5/148.pdf>> Acesso em 07 de julho de 2010.

LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a distância: O estado da Arte. Ed: ABEB, 2009.

MAIA, M. C.; MEIRELLES, F. S. Educação a distância e o ensino superior no Brasil. **Revista brasileira de aprendizagem aberta e a distância**, São Paulo, dez. 2003.

MEC. Notícias relacionadas, dez. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=9692&inter> Acesso em: out. 2008.

MENDES, Carlos O. S.; et al. A Influência da Afetividade na EAD como Fator de Contribuição para Redução da Evasão. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

NEDER, M. L. C. A educação a distância e a formação de professores: possibilidades de mudança paradigmática. In: PRETI, Oresti (Org.). **Educação a Distância**: sobre discursos e práticas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. p. 47-87.

PEREIRA, Fernanda C. B. Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as Instituições de Ensino Superior. 2003. 172f. (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

QUEIROZ, Madeleine Piana de Miranda. Qualidade X Quantidade: Um desenho do discurso dicotômico na Universidade Aberta do Brasil. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

RIBAS, M. Educação a distância. Disponível em: <http://www.virtual.pucminas.br/cefor/conteudo/rede/boletim/Boletim_especial_n00.htm> Acesso em: out. 2008.

SILVA, Maria A. da et. al. Perfil dos Alunos Versus Fatores e Motivos Determinantes Para a Evasão do Curso de Administração, das Modalidades: Presencial e a Distância. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

TAVARES, M. das G. M.; RAMALHO, R. Universidade Federal de Alagoas: um processo inovador de interiorização e democratização da educação superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR: Educação Superior no Brasil e diversidades regionais, 14, 2007.

UAB. Pesquisas UAB, o que você deseja consultar? Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php>> Acesso em: mar. 2009.

VITAL, Juliana T.; et al. Indicadores de desempenho na educação a distância. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESuD) em 2009.

XENOS, Michaelis; PIERRAKEAS, Christos; PINTELAS, Panagiotis. A survey on student dropout rates and dropout causes concerning the students in the Course of Informatics of the Hellenic Open University. *Computers & Education*, v. 39, n. 4, p. 361-377, 2002.

ZUIN, A. A. S. Educação a Distância ou Educação Distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, nº 96, out./2006, p. 935-954.